



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 214/2022

Processo Licitatório nº: 13.710/2019

Processo de Recurso n.º: 70/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 214/2022

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições de compras, bem como nas demais cláusulas presentes no Termo de Referência correlato.

RECORRENTE: VMI TECNOLOGIAS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, VMI TECNOLOGIAS LTDA, por meio de seu representante legal, com esboço no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 214/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 214/2022, ao processo de Recurso nº 070/2023 e documentos acostados ao processo licitatório autuado sob o número 13.710/2019, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 14 de dezembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 13.710/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 214/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de Equipamentos Médicos, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 11:24:45 do dia 21/12/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 214/2022;



Comissão de Pregão II

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) *"...a Recorrida se encontra impedida de licitar, em razão de sanção aplicada pelo Fundo Municipal de Saúde de Toritama/PE, em procedimento licitatório deflagrado por aquele, em virtude de suposta apresentação de atestado de capacidade técnica falso..."*

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) *"Face ao exposto, vem respeitosamente perante V.Exa., para melhor atender ao interesse público, em respeito a todo o bojo normativo que rege o procedimento licitatório em tela, requerer a nulidade do ato que declarou a Recorrida habilitada do certame."*

b) *"Por fim, restando entendimento diverso, requer a remessa imediata dos autos à Autoridade Superior, para apreciação deste pleito."*

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA**, alega que "Requer a recorrida que Em que pese haver um errôneo registro no sistema CEIS, tal penalidade não impede a sua participação e habilitação neste certame. Explica-se. De fato, existe o registro de uma ocorrência no CEIS referente a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar, contudo essa penalidade



Comissão de Pregão II

está restrita ao com o órgão sancionador, qual seja, a Prefeitura Municipal de Toritama/PE. Não há dúvidas que a abrangência da penalidade aplicada fica restrita ao órgão Sancionador, conforme demonstra CEIS, no item Abrangência definida em decisão judicial, onde aponta-se: NO ÓRGÃO SANCIONADOR."

Alega também que "É importante destacar ainda, que ingressamos com ação contra a aplicação da penalidade a qual já está em trâmite e análise do magistrado."

Justifica-se dizendo que " O fato de a CONTRARRAZOANTE ter recebido sanção na Prefeitura de Toritama/PE, não desqualifica a capacidade jurídica desta empresa, tendo em vista que a sanção aplicada é nítida ao definir sua abrangência somente ao órgão sancionador, sendo assim não há que se falar em impedimento da CONTRARRAZOANTE em licitar com o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ."

Afirma que "Como se pode observar, de acordo com o descrito no Edital e com todas as informações de cumprimento integral dos requisitos técnicos, conforme demonstrado, o equipamento ofertado pela CONTRARRAZOANTE possui todas as funcionalidades solicitadas e, até mesmo funcionalidades superiores ao exigido. Não há motivos técnicos e jurídicos suficientes para que se mantenham a desclassificação da IMEX MEDICAL, uma vez que o equipamento ofertado supre exatamente todos os itens desejados por esta Comissão."

Finaliza sua contrarrazão afirmando que "Diante do exposto, requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante CONTRARRAZOADA, **VMI TECNOLOGIAS LTDA**, de maneira que a decisão questionada seja mantida, ou seja, e a **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA** seja mantida como vencedora, e, conseqüentemente, proceda-se à adjudicação à esta CONTRARRAZOANTE. Outrossim, lastreada as contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior. Nesses termos, pede e aguarda deferimento."



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **VMI TECNOLOGIAS LTDA.**

O Edital do Pregão Eletrônico nº 214/2022 em seu Item 07 traz que:



Comissão de Pregão II

7. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

7.1 Não poderão concorrer neste pregão as sociedades empresariais e empresários que se enquadrem nas seguintes situações:

7.1.1 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei 8ederal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02; (grifo nosso).

7.1.2 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art.87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública; (grifo nosso)

Ainda no edital, em seu item 15, temos que:

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Comissão de Pregão II

- a) SICAF;
- a) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Antes de proceder com a habilitação da empresa recorrida este pregoeiro, em mandamento ao disposto no edital, e atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, procedeu com a devida verificação da condição de habilitação da empresa **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA**, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, onde constava a seguinte informação:

Transcrição do documento anexo às fls. 954 dos autos do Processo Licitatório nº 13.710/2019.



Comissão de Pregão II



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.255.403/0001-60 DUNS®: 900461155
Razão Social: IMEX MEDICAL COMERCIO E LOCACAO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Além disso também efetuou verificação junto ao site do TCU através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, disponível no endereço (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), que abrange entre outras, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, onde constava a seguinte informação:

Transcrição do documento anexo às fls.956 dos autos do Processo Licitatório nº 13.710/2019



Comissão de Pregão II

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**

Resultado da consulta: **Constam Registros**

Impedimento/proibição de contratar (30/08/2024) - Fundo Municipal de Saúde do Município de Toritama - PE

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Tendo em vista que "Constavam Registros", realizamos consulta detalhada no portal do órgão gestor, o CEIS onde verificamos que travava-se de impedimento aplicado pelo órgão sancionador, Fundo Municipal de Saúde do Município de Toritama - PE.

Consulta realizada ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Data da consulta: 04/01/2023 12:00:11

Data da última atualização: 01/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 01/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 01/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 01/2023 (Diário Oficial da União - CEAF), 01/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Detalhar	CEIS	12.255.403/0001-60	IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO	SC	Fundo Municipal de Saúde do Município de Toritama - PE	Impedimento/proibição de contratar	30/08/2022	Não se aplica	1

Detalhamento do registro encontrado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



Comissão de Pregão II

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro CEIS	Categoria da sanção IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR		
Data de início da sanção 30/08/2022	Data de fim da sanção 30/08/2024		
Data de publicação da sanção 30/08/2022	Publicação DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO 1A PAGINA 185	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado **
Número do processo PAAP/PMT N° 034/2022	Número do contrato PAAP/PMT N° 034/2022	Abrangência definida em decisão judicial NO ÓRGÃO SANCIONADOR	Observações

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

Tendo em vista que o edital é cristalino quanto a aplicação da penalidade a qual se refere o inciso III, do artigo 87, da Lei 8ederal 8.666/93, em seu item 7.1.1 quando traz em seu texto, "...Suspendos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei 8ederal 8.666/93, **QUANTO** como a informação constante no CEIS que traz expressamente a Abrangência do impedimento de licitar como sendo o "NO ÓRGÃO SANCIONADOR". A empresa IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA foi CONSIDERADA APTA a ser habilitada para Licitação realizada no âmbito do Município de Nova Friburgo.

Instada a se manifestar quando aos aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao entendimento no órgão da aplicabilidade do impedimento de licitar que trata o inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93 e do artigo 7° da Lei Federal nº 10.520/02 a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro, ante o recurso interposto. A Procuradoria Geral do Município exarou parecer onde em apertada síntese entendeu que, "Salvo



Comissão de Pregão II

melhor juízo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão, ..."

Fundamentando sua decisão no entendimento que, "Entende o TCU de forma inequívoca, que a suspensão temporária prevista da Lei de Licitações (art. 87, III), em vez de gerar consequências para toda a administração Pública, deve ter seus efeitos adstritos somente ao órgão ou entidade que aplicou a penalidade.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 214/2022, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, e opto pela MANUTENÇÃO do julgamento anteriormente proferido, HABILITANDO a empresa **IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA**, no Pregão em comento.

Por todo o exposto, encaminho o presente processo ao Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, para decisão final acerca do presente recurso administrativo.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 17 de janeiro de 2023.

Jonathan Pinheiro Chaves
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870